

AS CONDIÇÕES DE ABRIGAMENTO DOS INDÍGENAS WARAO NA CIDADE DE TERESINA, PIAUÍ

Aline Maria Libanio da Silva¹

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: alinelibanio2019@gmail.com

Sônia Maria Ribeiro de Souza²

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: soniahrib@ufpi.edu.br

Resumo

Desde o agravamento da crise humanitária na Venezuela, o Brasil tem recebido fluxos significativos de migrantes e solicitantes de refúgio, entre os quais se destacam famílias do povo Warao, originário do delta do Orinoco. Esta pesquisa teve como finalidade analisar as condições de abrigo dos indígenas Warao na cidade de Teresina-PI. Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em duas etapas: i) levantamento bibliográfico e ii) trabalho de campo. A primeira etapa consistiu em um apanhado de obras sobre os indígenas Warao, com ênfase em seus aspectos histórico-culturais, migratórios e pós-migratórios. Em relação ao trabalho de campo, foi realizado no Abrigo CSU Buenos Aires, a partir da observação participante e de conversas informais. Como resultados, constatou-se que os indígenas Warao enfrentam, desde 2019, uma série de desafios em Teresina, principalmente devido às condições precárias dos abrigos — onde há recorrentes faltas de alimentos e de materiais de limpeza e higiene — e à dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Portanto, o abrigo digno dos Warao em Teresina exige mais que teto: requer arranjos que respeitem modos de vida, linguagem e organização familiar, ao mesmo tempo em que garantem direitos básicos à saúde, à educação e à proteção social.

Palavras-chave: Abrigo CSU Buenos Aires; Refugiados; Migração.

THE SHELTERING CONDITIONS OF THE WARAO INDIGENOUS PEOPLE IN THE CITY OF TERESINA, PIAUÍ

Abstract

Since the worsening of the humanitarian crisis in Venezuela, Brazil has received significant flows of migrants and asylum seekers, among whom stand out families of the Warao people, originating from the Orinoco delta. This research aimed to analyze the living conditions of the Warao Indigenous people in the city of Teresina-PI. This study adopted a qualitative approach, based on two stages: i) a literature review and ii) fieldwork. The first stage consisted of a collection of works on the Warao Indigenous people, with an emphasis on their historical-cultural, migratory, and post-migratory aspects. Regarding the fieldwork, it was conducted at the CSU Buenos Aires Shelter, based on participant observation and informal conversations. As results, it was found that the Warao Indigenous people have been facing a series of challenges in Teresina since 2019, mainly due to the precarious conditions of the shelters — where there is a recurring lack of food and cleaning and hygiene materials — and the difficulty of entering the job market. Therefore, the dignified sheltering of the Warao in Teresina requires more than a roof: it requires arrangements that respect their ways of life, language, and family organization, while also guaranteeing basic rights to health, education, and social protection.

Key words: Abrigo CSU Buenos Aires; Refugees; Migration.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

² Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

LAS CONDICIONES DE ACOGIDA DE LOS INDÍGENAS WARAO EN LA CIUDAD DE TERESINA, PIAUÍ

Resumen

Desde el empeoramiento de la crisis humanitaria en Venezuela, Brasil ha recibido flujos significativos de migrantes y solicitantes de asilo, entre los que se destacan familias del pueblo Warao, originario del delta del Orinoco. Esta investigación tuvo como finalidad analizar las condiciones de acogida de los indígenas Warao en la ciudad de Teresina-PI. Este estudio adoptó un enfoque cualitativo, fundamentado en dos etapas: i) revisión bibliográfica y ii) trabajo de campo. La primera etapa consistió en una recopilación de obras sobre los indígenas Warao, con énfasis en sus aspectos histórico-culturales, migratorios y post-migratorios. En relación al trabajo de campo, se realizó en el Albergue CSU Buenos Aires, a partir de la observación participante y conversaciones informales. Como resultado, se constató que los indígenas Warao enfrentan, desde 2019, una serie de desafíos en Teresina, principalmente debido a las condiciones precarias de los albergues —donde hay recurrentes faltas de alimentos y materiales de limpieza e higiene— y la dificultad de inserción en el mercado laboral. Por lo tanto, el alojamiento digno de los Warao en Teresina requiere más que un techo: requiere acuerdos que respeten sus modos de vida, lenguaje y organización familiar, al mismo tiempo que garanticen derechos básicos de salud, educación y protección social.

Palabras-clave: Albergue CSU Buenos Aires; Refugiados; Migración.

Introdução

Desde o agravamento da crise humanitária na Venezuela, o Brasil tem recebido fluxos significativos de migrantes e solicitantes de refúgio, entre os quais se destacam famílias do povo Warao, originário do delta do Orinoco. Diferentemente de fluxos predominantemente individuais, o deslocamento Warao costuma ocorrer em grupos familiares extensos e redes comunitárias, com forte manutenção de laços culturais e linguísticos. No percurso migratório, diversas capitais e cidades médias do Norte e Nordeste passaram a registrar presença Warao, incluída Teresina, com oscilações de chegada e permanência ao longo dos últimos anos.

Constituindo a segunda maior etnia do País, com aproximadamente 49 mil pessoas, considerando os em situação de migração e/ou refúgio em países vizinhos (INE, 2015), os Warao enfrentam, desde o século XX, intensos processos migratórios. Estes movimentos forçados, a priori, deram-se em direção aos espaços urbanos da Venezuela, impulsionados por processos de violência e expropriação, como a expansão da agricultura e a exploração de petróleo em seus locais de vivência. Com a crise político-econômica e humanitária, iniciaram-se os fluxos para os países vizinhos, bem como para o Brasil.

Em Teresina, no estado do Piauí, os Warao chegaram no dia 12 de maio de 2019. Segundo Abreu e Lima (2023), o grupo era composto por 50 pessoas, sendo 1 (uma) idosa,

27 (vinte e sete) adultos e 22 (vinte e duas) crianças. Nos meses seguintes, mais pessoas foram chegando e, atualmente, aproximadamente 300 indígenas Warao vivem na cidade de Teresina. Desde então, enfrentam desafios no sistema de abrigamento, como a alimentação, locais dignos de moradia e a inserção no mercado de trabalho.

Esta pesquisa teve como finalidade analisar as condições de abrigamento dos indígenas Warao na cidade de Teresina-PI. A análise considera que o processo de pós-migração acarreta inúmeras mudanças, principalmente quando se dá em um lugar estrangeiro e em espaços não comuns à vivência. Além disso, traz também muitos desafios, principalmente quando se trata de indígenas e refugiados, como é o caso dos Warao. A promoção de ações de acolhimento eficazes e condizentes com os aspectos culturais é fundamental para a integração dessa população em contexto de refúgio.

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em duas etapas: i) levantamento bibliográfico e ii) trabalho de campo. A primeira etapa consistiu em um apanhado de obras sobre os indígenas Warao, coletadas em materiais diversos, como artigos científicos e livros, com ênfase em seus aspectos histórico-culturais, migratórios e pós-migratórios. O estudo apoiou-se em autores como Cirino (2020), Lima (2020, 2022), García-Castro (2000, 2006) e Tarragó (2020).

O trabalho de campo foi realizado no Abrigo CSU Buenos Aires, localizado na Zona Norte de Teresina, devido à proximidade e ao fácil contato com a administração do local. Para a coleta de dados, empregaram-se os seguintes instrumentos: i) observação participante e ii) conversas informais. Como subsídio, fez-se uso de um diário de campo, para anotações, e de um *smartphone*, para a realização de registros visuais. Desse modo, ocorreram observações ativas no local de pesquisa durante três dias e conversas com a coordenação do abrigo e com os próprios Warao — especialmente aqueles que possuíam mais compreensão da língua portuguesa — acerca das condições de vida no abrigo, especialmente no que diz respeito à alimentação, à educação, ao trabalho e à moradia.

Após os aspectos introdutórios, o trabalho foi organizado em três seções. A primeira diz respeito ao referencial teórico levantado, no qual se realiza um panorama geral sobre os indígenas Warao, passando por sua história, cultura e processo migratório. A exposição e discussão dos resultados do trabalho de campo vêm logo em seguida, abordando as condições de vida dessa população na cidade de Teresina. Por último, encerra-se com as considerações finais, retomando e refletindo sobre os principais pontos da pesquisa.

Os indígenas Warao

Os indígenas Warao são originários da porção nordeste da Venezuela, estabelecendo-se predominantemente nos estados de Monagas, Sucre e Delta Amacuro. Neste último, concentra-se aproximadamente quatro quintos desse contingente (Tarragó, 2020), de um total aproximado de 49 mil venezuelanos Warao ao todo (INE, 2015), segundo dados do último censo, realizado em 2011. O Delta Amacuro abriga quase integralmente o Delta do Orinoco, reconhecido por sua grande biodiversidade e por ser o lar de uma parcela significativa dos indígenas Warao.

Segundo Tardelli (2023), a origem do povo Warao é milenar: vivem, há mais de 7.500 anos, no Delta do Orinoco. Entretanto, o próprio autor aponta que os Warao não estão, histórica e geograficamente, limitados à Venezuela, com presença também em territórios da Guiana e do Suriname. Desde 2014, encontram-se também em território brasileiro, assim como em outros países vizinhos devido ao agravamento da crise humanitária na Venezuela.

Apesar disso, deve-se ressaltar a estreita ligação entre os Warao e o Delta do Orinoco, ou, mais especificamente, com as águas. O próprio nome *warao*, derivado de sua língua homônima, é traduzido por seu povo como “gente da canoa” ou “povo das águas” (Tardelli, 2023); enquanto orinoco vem da palavra *wirinoko*, que pode ser entendida como “lugar onde remamos” (García-Castro, 2006).

Percebe-se a importância da água para os Warao, abrangendo aspectos culturais, religiosos e de subsistência. Por terem como habitat natural, em grande parte, os chamados caños — afluentes ou “braços” que compõem o sistema deltaico do Orinoco —, os Warao se tornaram exímios pescadores e coletores. Além disso, García-Castro (2000, p. 22) aponta que, há mais de 70 anos, passou-se também a ter a prática agrícola entre essa etnia. Suas “[...] atividades de subsistência são tradicionalmente localizadas em margens fluviais, marítimas e zonas úmidas (pântanos, manguezais, florestas inundáveis)”. Em razão da localização de suas comunidades em áreas ribeirinhas, suas casas (*hanoko* ou *janoko*) são feitas de palafita.

Em relação à organização dos Warao nas comunidades, predomina o laço de parentesco, com formação de subgrupos de famílias, imperando a lógica matrilocal após o matrimônio (Ramos; Botelho; Tarragó, 2017). O homem, após o casamento, passa a residir na comunidade familiar da esposa. Quanto à distribuição da força de trabalho de gênero, não há uma clara diferenciação, predominando a cooperação, embora seja comum que os homens

se responsabilizem pela execução de atividades de subsistência, como a pesca, a coleta e, em menor proporção, a caça. As mulheres também ajudam na subsistência por meio da coleta de frutas na selva. No entanto, é normalmente atribuído a elas a produção e a distribuição de alimentos, além do cuidado com as crianças (García-Castro, 2000).

Outro destaque sobre a organização social dos Warao é a figura do *aidamo*, tido como uma espécie de chefe/líder do grupo familiar, sendo escolhido entre as pessoas mais velhas. Como ressaltado por Cirino (2020), há um grande respeito em relação aos mais velhos, pois são os responsáveis por manter o equilíbrio entre o meio ambiente, a sociedade e o sobrenatural. Não se pode afirmar que, entre todos os grupos indígenas dessa etnia, haja essa relação de respeito, no entanto, tem-se, em todos, essa valorização por serem detentores da memória coletiva do grupo.

No que diz respeito à subsistência desse povo, destaca-se o buriti (*Mauritia flexuosa*) ou moriche, em espanhol, de onde se extrai uma série de recursos utilizados tanto na alimentação quanto no artesanato. Sendo nativo da América Central e do Sul, o buriti é tido como elemento básico dessa etnia, sendo considerado como a “árvore da vida” (Velásquez, 2020). Como aponta ACNUR (2024, p. 25), os Warao se alimentam

[...] de suas frutas, do gusano (um tipo de larva bastante proteica), do amido retirado de seu tronco (como vimos, yuruma), de insetos e outros produtos secundários associados a ela. Sua fibra serve de matéria-prima para a confecção de redes, chapéus e cestaria, que, ainda hoje, não somente compõem a identidade Warao, mas também contribuem para o sustento das famílias.

Sobre a religiosidade e a saúde do povo Warao, há algumas particularidades. Acreditam que não há mortes derivadas de doenças conhecidas pelos brancos, sendo a bruxaria, a feitiçaria ou os espíritos os responsáveis. Apesar de não haver homogeneidade em relação às crenças e práticas religiosas, mantém-se uma unicidade em relação às tradições ligadas à natureza e à terra. Assim, para tratar doenças consideradas comuns, utilizam remédios derivados de plantas. Já para doenças mais graves ou em risco de mortes, geralmente atribuem a responsabilidade de cura a um agente sobrenatural (Campos; Dias; Brown, 2019). Acerca disso, existem três tipos de causas sobrenaturais:

[...] Jebu, Bajana e Joa. Ou seja, três tipos principais de doenças e três especialistas para tratá-las são: Bajana, que resulta da introdução de objetos materiais no corpo, é curada pelo curandeiro *bajanarotu*; Joa, infligido por teofanias de plantas e animais, deve ser assistido por um *xamã* chamado

joarotu; e Jebu, a possessão por um espírito ancestral, é tratada pelo wisiratu, que é o xamã ou sacerdote que preside a casa de adoração e que age como o mediador espiritual (Campos; Dias; Brown, 2019, p. 248).

Evidencia-se a diferença de compreensão acerca da saúde para os indígenas Warao e o que se propaga na medicina convencional. No entanto, esse povo costuma receber atendimentos médicos de agentes de saúde externos, apesar de privilegiarem as resoluções dadas por sua própria cultura, como por meio de xamãs (líderes espirituais). Assim, faz-se importante ter uma comunicação intercultural no que diz respeito à saúde, tendo em vista que, por questões migratórias e culturais, frequentemente há casos de “doenças de branco” entre eles, como tuberculose, diabetes, diarreia, desnutrição, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e pneumonia (Campos; Dias; Brown, 2019).

Dentre os próprios indígenas Warao, há diferentes “modo de ser”, que mudam conforme a comunidade de origem. Tal fato afeta diretamente as dinâmicas nos abrigos brasileiros, pois, em muitos, não é considerada essa diversidade, fazendo com que as diferenças afetem o convívio (ACNUR, 2024). Desse modo, apesar de formarem uma unidade étnica, há distinções na organização social, na religiosidade, nas práticas culturais e na língua, com variações regionais.

Sobre os processos migratórios, os indígenas Warao estão submetidos a eles desde o século XX. O Delta do Orinoco, que vinha sendo preservado quanto aos seus aspectos naturais, passou por significativas transformações ao longo deste último século. Estas mudanças alteraram profundamente os modos de vida dessa população indígena, pois, há muito tempo, tem como habitat natural essa porção deltaica, culminando em saídas forçadas e graduais dos territórios tradicionais (desterritorialização).

Uma das primeiras transformações se deu a partir da década de 1920, com a introdução do cultivo de *ocumo chino* (*Colocasia esculenta*) — semelhante ao inhame e ao cará —, um tubérculo que passou a ocupar os antigos setores do Delta Central, onde era plantado o *moriche* (conhecido como buriti no Brasil). Essa ocupação antecipou a escassez de alimentos para os Warao em uma área que já não era favorável ao cultivo de buritis em razão do clima, fazendo com que eles migrassem para regiões mais ao sul, como San Francisco de Guayo e Curiapo (Heinen; Gassón; García-Castro, 2012).

Na mesma época, ocorriam missões religiosas na referida porção, devido à Lei das Missões, implantada em 1915 pelo governo venezuelano, que previa a “civilização” e a “evangelização” do povo Warao. Os missionários, que tinham a agricultura como base

econômica das missões, incentivaram o cultivo do *ocumo chino* em áreas estratégicas, objetivando a fixação dos Warao nessas terras. Daí, passou-se a ter a agricultura como uma das atividades de subsistência desse povo. Tendo de desenvolver novas territorialidades, o modo de vida sofreu mudanças profundas, principalmente em relação à alimentação, que passou a ser nutritivamente mais pobre devido à substituição de alimentos. Desse modo, foram, cada vez mais, induzidos ao trabalho assalariado, pois a sobrevivência à base de peixes e *ocumo chino* já não era suficiente (ACNUR, 2024).

García-Castro e Heinen (1999) apontam outra transformação significativa no delta do rio Orinoco, ocasionada na década de 1960 com o represamento do caño Manamo. Esse projeto foi realizado pelo governo venezuelano, por meio da Corporação Venezuelana da Guiana (CVG), com o objetivo de aumentar as áreas aptas às atividades agrícolas. No entanto, provocou sérios impactos no ecossistema local (natural e humano), na parte ocidental do delta. A princípio, a CVG pretendia construir a barragem para proteger supostas terras agrícolas férteis que eram inundadas periodicamente.

Com o represamento do rio Manamo, em torno de 170 mil hectares ficaram protegidos de inundação, tornando-se favorável ao cultivo de milho, feijão, arroz e, em menores quantidades, banana e cacau (García-Castro; Heinen, 1999). No entanto, de acordo com Ramos, Botelho e Tarragó (2017), as principais consequências ambientais desse empreendimento foram a salinização das águas, a acidificação do solo, a elevação dos níveis das águas nas áreas ilhadas e o surgimento de doenças em áreas onde a água ficou parada. Outros efeitos socioambientais também apontados são o desmatamento, surgimento de epidemias e a poluição dos rios (García-Castro; Heinen, 1999). Os impactos ambientais causados recaíram sobre a população indígena Warao presente nessa porção que, apesar de existirem alguns estudos prévios, não foi considerada no projeto (ACNUR, 2024).

Segundo Ramos, Botelho e Tarragó (2017, p. 10), com a construção do dique, houve prejuízo no desenvolvimento das atividades de subsistência dos indígenas Warao: “[...] a pesca (devido ao aumento da salinidade na estação seca no rio abaixo), a agricultura (acidificação dos solos) e a disputa por recursos naturais em partes do território”. Devido a isso, ocorreram migrações desse povo em direção a outras partes do delta e também em direção a centros urbanos próximos, como Tucupita, La Horqueta, Barrancas, San Félix e Maturín. Nesses locais, buscaram substituir as atividades de subsistência (como a pesca e a agricultura), que se tornaram inviáveis de ser praticadas devido aos danos ambientais na área onde habitavam (García-Castro; Heinen, 1999).

Nas cidades para onde se deslocam, os Warao se inserem nos setores de serviços e de mendicância. Devido à falta de domínio da língua espanhola, ao baixo grau de escolaridade e à ausência de formação profissional, essa população indígena acaba ocupando trabalhos mal qualificados e mal remunerados. Aos que não conseguem uma ocupação laboral, restam a mendicância e, em alguns casos, a prostituição. Quanto ao ato de pedir, os indígenas Warao desenvolveram uma estratégia particular: às mulheres e às crianças, cabe realizá-lo em pontos-chave da cidade, enquanto os homens ficam nos locais de concentração cuidando dos pertences. Ao evidenciar isso, García-Castro (2000) destaca que a coleta de dinheiro nos centros urbanos representa, analogicamente, a coleta de frutas e outros recursos que era praticada pelos Warao nos locais de origem.

Na década de 1990, o Delta do Orinoco, assim como os indígenas Warao, foram novamente alvos de ações desenvolvimentistas. A empresa estatal Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) realizou um acordo com a empresa multinacional British Petroleum, passando a explorar petróleo, especificamente, no município de Pedernales, no estado Delta Amacuro, onde boa parte de sua população é composta pela etnia Warao. Entretanto, esse empreendimento na porção deltaica, cercado de irregularidades, gerou intensos danos ambientais e sociais, denunciados por uma equipe da Comissão de Meio Ambiente e Planejamento Territorial do Senado venezuelano (ACNUR, 2024).

A Comissão, que realizou inspeções nos locais de instalação da empresa British Petroleum, apontou que havia cerca de cinco tanques com resíduos petrolíferos instalados a aproximadamente 15 metros da margem do rio. Além de violar as leis ambientais, esses depósitos se encontravam ao ar livre, expostos à chuva, e em estruturas rudimentares, o que os tornava sujeitos a derramamentos que poderiam contaminar o rio e, também, o lençol freático, que se encontrava muito perto da superfície. Assim, a partir de uma simples observação da equipe, constataram-se manchas de resíduos contaminantes no solo e na água, além da perda de vegetação (Bustamante; Scarton, 1999).

Para Bustamante e Scarton (1999), a exploração petrolífera nesta área causou perturbações em comunidades anteriormente isoladas, a contaminação e a perda de habitats e de recursos naturais essenciais à sobrevivência desse povo, a introdução e a proliferação de doenças, como tuberculose e cólera, abusos e violência sexual contra crianças e mulheres por parte dos trabalhadores da empresa, além da compra de meninas para fins de prostituição, mudanças nos padrões culturais, perdas de práticas agrícolas tradicionais e alterações na alimentação, bem como a invasão de seus territórios, provocando processos migratórios,

entre outros danos à harmonia e à proteção dessa população indígena. Tais impactos ocasionaram prejuízos nos âmbitos social, cultural, identitário e territorial.

Percebe-se que, há muito tempo, os indígenas Warao vêm sendo submetidos a processos migratórios decorrentes de danos ambientais, violência e expropriações em seus locais de origem. Nesse contexto, o deslocamento para outros países configura-se como notoriamente forçado e, mais especificamente, predominantemente linear³ — quando saem de sua terra de origem e não conseguem retornar, mantendo apenas redes de parentesco e amizade com o local de origem (Manchinery; Silva; Silva, 2019) —, o que torna o processo migratório ainda mais complexo e dificultoso.

Nos locais de destino, os Warao enfrentam uma série de desafios, tais como “[...] racismo e xenofobia; barreiras linguísticas; dificuldade no acesso a políticas públicas (saúde, educação, assistência social etc.); obstáculos no acesso ao mercado de trabalho e na geração de renda; insegurança alimentar; dificuldades no acesso à terra e à moradia” (ACNUR, 2024, p. 8). Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender as condições pós-migratórias desse povo, uma vez que, por serem simultaneamente refugiados e indígenas, encontram-se mais expostos a contextos de vulnerabilidade em território estrangeiro e, conseqüentemente, à vivência de “fronteiras sociais” (Manchinery; Silva; Silva, 2019).

Os indígenas Warao na cidade de Teresina, Piauí

Atualmente, foi contabilizada a presença de 254 indígenas Warao em abrigos (Buenos Aires, Casa de passagem, Miguel Rosa, Poty e São João) destinados ao seu acolhimento em Teresina, segundo dados cedidos por funcionários da Associação Beneficente São Paulo Apóstolo (ABESPA), mantenedora da Pastoral do Povo da Rua (Tabela 1). Como se observa na tabela abaixo, em cada abrigo é destacado o número de famílias presentes, pois este é o critério utilizado para definir uma série de pontos logísticos, dentre eles a organização dos dormitórios dentro dos abrigos.

³ Manchinery, Silva e Silva (2019) apontam que, no caso da migração indígena, não é suficiente classificá-la apenas como “forçada” ou “livre”, sugerindo duas distinções: migração circular (quando saem da terra de origem, mas voltam) e migração linear (quando não retornam, mas mantêm relações simbólicas com o lugar).

Tabela 01. Identificação da quantidade de indígenas Warao por abrigos/Teresina-PI

Identificação	Buenos Aires	Casa de Passagem	Miguel Rosa	Poty	São João	Total
Quantidade de famílias	9	10	23	10	13	65
Quantidade de pessoas	36	39	83	48	48	254

Fonte: dados cedidos por funcionários da ABESPA (2024).

Quando chegaram a Teresina, os Warao passaram a ocupar uma praça da cidade e, como forma de sobrevivência, a realizar a prática da coleta nas ruas (Lima, 2020). De acordo com García-Castro (2000), os processos migratórios para os centros urbanos impulsionam o desenvolvimento de outros meios de subsistência, geralmente ligados a atividades mal qualificadas e informais ou à mendicância, sendo esta a forma mais recorrente. Nesse sentido, o autor evidencia que o ato de pedir se configura, para esses grupos, como uma forma de trabalho, na qual a coleta de dinheiro se apresenta como uma prática análoga à coleta de frutos realizada na floresta, ressignificando-se como prática cultural no ambiente urbano diante da necessidade de subsistência.

Lima (2020) destaca que, inicialmente, a Prefeitura de Teresina tratou a situação dos Warao como passageira, pressupondo que eles seguiriam para outras cidades, como vinha ocorrendo. Assim, foram desenvolvidas ações considerando um tempo máximo de seis meses de permanência na cidade. No entanto, com o aumento do fluxo migratório, tornou-se necessário pensar em alternativas de abrigo em longo prazo. À vista disso, a autora evidencia o pacto assistencial firmado entre o Governo do Estado do Piauí e a Prefeitura de Teresina, no qual “[...] O primeiro ficou responsável pela cessão de prédios públicos para o abrigo e o segundo por fornecer alimentação e material de limpeza e higiene pessoal” (Lima, 2020, p. 141).

Apesar desse pacto, Lima (2020) destaca que se manteve a necessidade de receber doações, pois era recorrente, principalmente, a falta de alimentos. Tanto no início do acolhimento dos Waraos em Teresina — que foi realizado por organizações não governamentais, como o Movimento Pela Paz na Periferia (MP3), Pastoral do Povo de Rua, a Ong Eu Quero Ajudar e a Cáritas da Arquidiocese de Teresina — quanto posteriormente, fez-se necessário o recebimento de doações para ofertar condições mínimas de sobrevivência a esse povo. Como ressaltado pela autora, essa dependência de ajuda externa devia-se ao fato de que, segundo os órgãos responsáveis pelo acolhimento, não havia recurso financeiro

suficiente para ofertar um atendimento de qualidade. Atualmente, essa situação ainda se mantém.

No abrigo CSU Buenos Aires residem 9 famílias, totalizando 36 indígenas Waraos: 1 idoso (sexo masculino), 15 adultos (7 homens e 8 mulheres) e 20 crianças (13 meninas e 5 meninos). Segundo a pessoa responsável pelo abrigo, todas as famílias estão amparadas por auxílios assistenciais, sendo eles o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além disso, informou também que os jovens do abrigo, que frequentam regularmente o ensino médio, são incentivados pelo Programa Pé-de-Meia.

Ademais, todas as crianças estão inseridas em uma escola próxima ao abrigo. Há, também, algumas pessoas (de idades diversas) que frequentam a Escola Indígena Oka Ka Inaminanoko, localizada no bairro Bela Vista II. A criação dessa escola é uma iniciativa recente e partiu da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI) para atender as comunidades indígenas Warao e Guajajara, presentes na cidade. Nessa escola, há um projeto educacional de alfabetização trilingue (português, espanhol e Warao) destinado a essa etnia.

Como mencionado, além da população Warao, há no abrigo uma pessoa responsável por tratar de assuntos diversos relacionados ao acolhimento desse povo em Teresina. Tal pessoa foi contratada pela Associação Beneficente São Paulo Apóstolo (ABESPA), que estabeleceu uma parceria com a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) para realizar a administração dos abrigos. Segundo a própria educadora social, durante o seu exercício profissional busca atender a todas as demandas dos Warao no abrigo, que vão desde assuntos relacionados à saúde e à assistência social até questões de lazer.

A exemplo disso, no dia 17 de dezembro de 2024, já após a realização do trabalho de campo no CSU Buenos Aires, houve mais uma visita ao local para ajudar a promover um lanche coletivo durante a exibição de uma sessão de cinema. Proporcionada pelo projeto CinePeriferia, vinculado ao Movimento Pela Paz na Periferia (MP3), a iniciativa partiu da educadora social, que entrou em contato com a organização do CinePeriferia.

Mesmo diante de condições precárias, principalmente quanto à alimentação, percebeu-se que os Warao conseguiram estabelecer vínculos com o lugar onde vivem. Oficialmente, o abrigo é tido como CSU Buenos Aires, mas, entre eles, é chamado de Ka Ubanoko (Figura 1), que significa “*nuestro dormitorio*”. Segundo Lima, Cirino e Muñoz (2020, p. 10), essa denominação é tida como contemporânea, utilizada para “[...] se referir ao ‘lugar de refúgio’, esse novo habitat, que talvez se contraponha ao *janoko*, a casa, por estar situado

fora da sua territorialidade, de suas terras ancestrais, mas que também é uma morada, cabe ressaltar, muitas vezes transitória”.

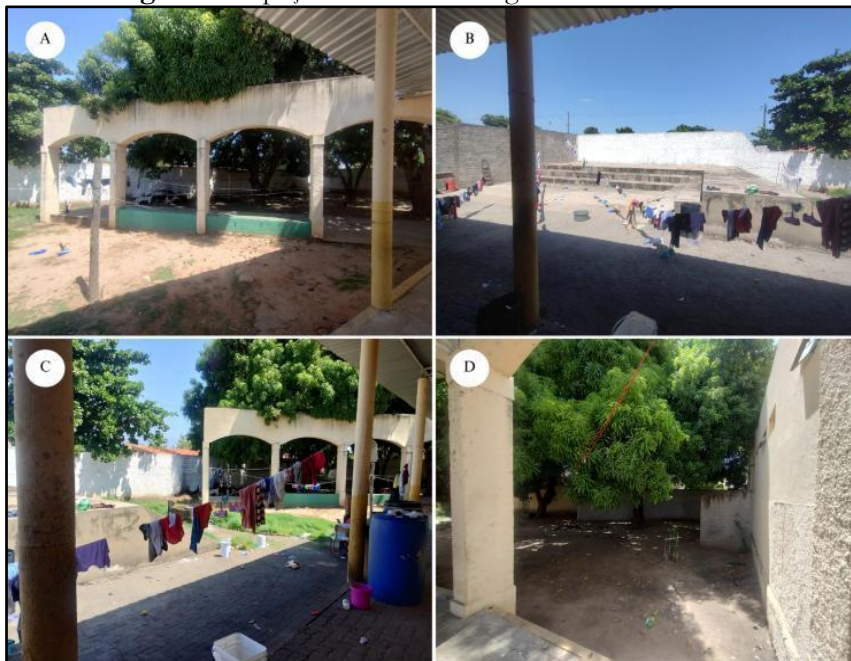
Figura 1. Abrigo Ka Ubanoko (CSU Buenos Aires)



Fonte: Autores (2024).

No que diz respeito à estrutura do abrigo, foi observado que há amplos espaços abertos (Figura 2) que são utilizados para lazer, principalmente pelas crianças, que foram vistas brincando nos espaços sombreados do abrigo (Figura 2A e 2D). Além disso, alguns desses locais são usados como suporte para a instalação de varais (Figura 2B e 2C), além de serem utilizados como destino para materiais que não são suportados no ambiente interno. De modo geral, o abrigo conta com uma estrutura regular, possuindo um amplo espaço que serve como mediação para a interação entre as pessoas do local.

Figura 2. Espaços abertos do abrigo CSU Buenos Aires



Fonte: Autores (2024).

Apesar do amplo espaço externo, deve-se destacar que o abrigo não conta com uma boa estrutura interna, de modo a abrigar todas as pessoas de forma confortável. Na Figura 3, são expostos os locais destinados aos dormitórios, banheiros e cantina, bem como os lugares onde se armazenam os itens de uso compartilhado — mesa, geladeira, freezer, máquina de lavar, entre outros (Figura 3C). Quanto aos locais de dormir, ressalta-se que não são proporcionais à quantidade de pessoas alocadas. A divisão dos dormitórios é realizada com base no laço de parentesco, reservando-se o direito de compartilhamento aos que são mais próximos. Desse modo, prioriza-se a família, não havendo privacidade aos casais.

Figura 3. Locais internos do abrigo CSU Buenos Aires



Fonte: Autores (2024).

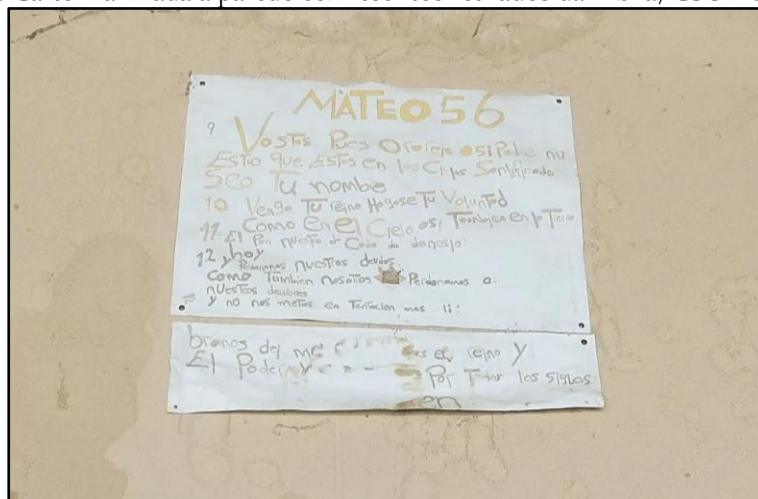
Quando questionada sobre o que poderia melhorar na sua estadia em Teresina, uma pessoa do núcleo familiar entrevistado mencionou o sonho de ter uma casa própria: um espaço para a sua família, tendo em vista que o local em que se encontra não oferece conforto, muito menos privacidade. Em meio à necessidade de compartilhar locais com pessoas que, na maioria das vezes, não fazem parte do agrupamento familiar (como era nas comunidades de origem), ACNUR (2024, p. 54) salienta que é comum a ocorrência de

conflitos nos abrigos por divergências religiosas, acusações de feitiçaria e por consumo de bebida alcoólica. Assim,

A ocorrência desses conflitos trouxe transformações no que toca à definição de quem pode morar com quem, surgindo agora uma nova divisão com base no neopentecostalismo. Algumas famílias que se converteram a alguma religião neopentecostal não aceitam mais morar com pessoas que não seguem os preceitos da mesma denominação. Isso tem causado a separação de certas famílias extensas, quando não ocorre a conversão de todos os membros, e provocado o deslocamento de grupos familiares para cidades em que não há a presença de outros Warao.

No abrigo, há núcleos familiares praticantes do catolicismo e do evangelismo. No que concerne ao grupo entrevistado, estes são católicos e frequentam regularmente a igreja. Ao observar o local em que vivem, percebeu-se, de imediato, a vinculação das pessoas ao cristianismo, devido a uma cartolina fixada na parede com escritos retirados da Bíblia (Figura 4). Foi relatado, durante a aplicação da entrevista, que há conflitos por causa de divergências religiosas. Ao que tudo indica, os Warao que habitam o abrigo Poty Velho são fortemente apegados às suas crenças e tradições étnicas, sendo motivo de conflito a adoção de outras práticas religiosas por pessoas do CSU Buenos Aires.

Figura 4. Cartolina fixada à parede com escritos retirados da Bíblia/CSU Buenos Aires



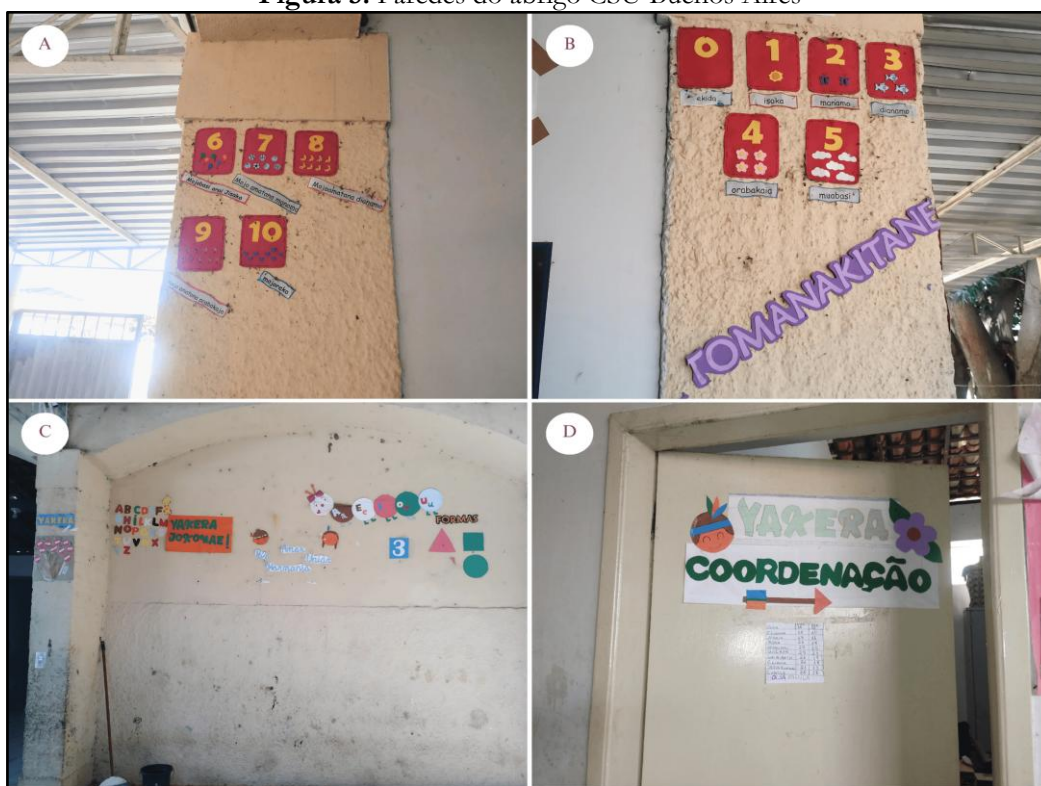
Fonte: Autores (2024).

Como já destacado anteriormente, os Warao, no início do século XX, foram submetidos a missões religiosas, o que pode explicar, em parte, a grande quantidade de pessoas dessa etnia que são praticantes do cristianismo. Vale ressaltar também que, dentro

do próprio campo religioso dessa etnia, por vezes surgem alguns impasses de convivência entre grupos diferentes.

Outros elementos observados nas paredes no abrigo foram a grande quantidade de vocabulários e palavras da língua warao (Figura 5). Quando questionada, a pessoa responsável pelo abrigo disse que costuma, às vezes, fazer isso em parceria com as crianças, servindo, inclusive, para o processo de alfabetização das mesmas (Figura 5A e 5B). Percebe-se, por meio disso, o interesse da pessoa no universo Warao, buscando conhecer a língua e cultura. Isso é essencial para que se sintam acolhidos e respeitados.

Figura 5. Paredes do abrigo CSU Buenos Aires



Fonte: Autores (2024).

Uma nítida consequência da mobilidade nas condições de vida dos Warao diz respeito à alimentação, que se tornou um tema recorrente nos abrigos. Segundo Lima (2022), cabe à Prefeitura de Teresina realizar a gestão e fornecer alimentos e materiais de limpeza e higiene aos abrigos. No entanto, estes dois últimos itens foram enfaticamente mencionados pelo grupo entrevistado quando questionados sobre o que poderia melhorar no abrigo, denunciando a rotineira falta deles.

No primeiro dia de visita ao CSU Buenos Aires, por volta das 10 horas da manhã, presenciou-se uma refeição dos Warao, constituída de arroz branco e mortadela (Figura 6). Evidentemente, alimentação como esta possui baixo valor nutricional, podendo ocasionar problemas de saúde caso haja consumo frequente. São altamente prejudiciais às crianças, podendo desencadear desnutrição e obesidade, pois ainda estão em fase de desenvolvimento.

Figura 6. Refeição contendo arroz branco e mortadela/CSU Buenos Aires



Fonte: Autores (2024).

Diante do processo migratório a que foram submetidos, tornou-se recorrente o consumo de bebidas alcoólicas entre eles, dando-se de forma coletiva. Segundo Fileno (2022), o consumo de bebidas fermentadas era comum entre essa população antes da dispersão territorial. No entanto, com os deslocamentos, passaram a ingerir, excessivamente, bebidas destiladas. Assim, o autor considera que esse processo de alcoolização é produto de uma espécie de “luto” diante da mobilidade.

Além das bebidas alcoólicas, o consumo de refrigerante é constante entre os Warao, como observado nos abrigos de Teresina (Rocha; Costa, 2021). Ao longo do planejamento do lanche coletivo, a pessoa responsável pelo abrigo salientou que não deveria haver muito refrigerantes, pois as pessoas lá presentes já consomem em excesso, principalmente as crianças. Durante a distribuição do lanche, foi percebido que constantemente deslocavam-se de suas cadeiras até a mesa em busca de mais bebida. Destaca-se a necessidade de atuação do poder municipal na conscientização para os riscos desse consumo, por meio do acompanhamento nutricional e de saúde nos abrigos.

O abrigo é uma forma de acolher temporariamente pessoas em situação de vulnerabilidade, como é o caso dos indígenas Warao. Após acolhidos, ações deveriam ser realizadas para oportunizar a reintegração social. A principal forma de garantir isso seria por

meio da inserção no mercado de trabalho. No abrigo, apenas 4 (quatro) pessoas exercem atividade remunerada (3 educadores e 1 merendeira), devido ao programa de educação indígena desenvolvido pela SEDUC. Porém, essas pessoas são de um mesmo núcleo familiar, surgindo a necessidade de contemplar as outras famílias também.

Durante uma conversa com a pessoa que é tida como *aidamo* (liderança warao) do abrigo, discutiu-se sobre a possibilidade de saída do abrigo. Foi relatado que já ocorreram discussões sobre isso, mas que ainda não houve acordo sobre o melhor lugar para estabelecerem moradia. O *aidamo*, inclusive, mencionou que gostaria de um lugar que fosse próximo ao rio, tal como era na sua comunidade. Até agora, as propostas por parte da Prefeitura de Teresina são de lugares longe das águas e, principalmente, do atendimento à saúde. Chegou-se a mencionar um lugar localizado na saída de Teresina em direção ao município de União, mas foi prontamente recusado pela falta de viabilidade.

Percebe-se a dificuldade de inserção dos indígenas Warao na cidade de Teresina. As ações de acolhimento desenvolvidas nos abrigos revelam descuido com a preservação do modo de vida e dos aspectos culturais dessa etnia, enquanto a recorrente falta de alimentação adequada evidencia o tratamento precário destinado à população abrigada. Essas situações, somadas aos impasses relacionados à moradia fora dos abrigos, reforçam o que Manchinery, Silva e Silva (2019) denominam “fronteiras sociais” entre indígenas e não indígenas no espaço urbano, marcadas por invisibilidade, estigmatização e exclusão.

Por último, conclui-se que a mobilidade provoca a desterritorialização (saída do território de origem) e impulsiona, conseqüentemente, a reterritorialização (construção de novo território) (Haesbaert, 2011), provocando mudanças sociais e culturais no local de destino. Isso pode gerar um “luto” (Fileno, 2022), motivado pela quebra dos vínculos territoriais criados no local de origem. Porém, mesmo diante das dificuldades na capital piauiense, os indígenas Warao mantêm o desejo de permanecer e estabelecer novos vínculos territoriais.

O papel de instituições não governamentais no acolhimento Warao em Teresina

Durante o século XX, dado o contexto da época, houve uma série de evoluções quanto à sistematização da proteção internacional do refugiado. O primeiro passo significativo se deu por meio da criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Agência da ONU para Refugiados, que promove a aplicação da

Convenção de 1951 (Jubilut; Madureira, 2014). O ACNUR trabalha em parceria com os Estados e outros tipos de Organizações Não Governamentais (ONGs), a fim de estabelecer cooperação para a proteção e acolhimento dos refugiados.

Diante do processo migratório de indígenas venezuelanos, muitas instituições e organizações se articularam em redes de apoio para ajudar essas pessoas em situação de vulnerabilidade (Cáritas Brasileira, 2021). Em Teresina, o Movimento Pela Paz na Periferia (MP3), a Pastoral do Povo de Rua, a Ong Eu Quero Ajudar e a Cáritas da Arquidiocese de Teresina foram essenciais no acolhimento inicial do povo Warao, quando chegaram em 2019. Até os dias de hoje, ainda se fazem presentes por meio de doações e iniciativas de integração.

Entre as instituições que participam ativamente do acolhimento aos Warao, cabe destacar as de cunho religioso, como Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Pastoral do Povo de Rua, Pastoral da Juventude e, principalmente, a Cáritas da Arquidiocese de Teresina. Esta última, entidade-membro da Cáritas Brasileira, iniciou suas ações logo em maio de 2019, identificando as principais demandas para definir as ações de atendimento: encaminhamentos para os serviços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e de saúde; organização dos processos documentais; monitoramento das vacinas; ações de integração voltadas para crianças e adolescentes, dentre outras (Cáritas Brasileira, 2021).

Em sua atuação, a Cáritas estabeleceu parcerias com a sociedade civil (Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), igreja (pastorais), poder público (esferas municipal, estadual e nacional), universidades (UFPI) e organismos internacionais (ACNUR). Juntos, alcançaram resultados substanciais ao acolhimento dos Warao:

Atendimento nas UBS/Tratamento direcionado. Compreensão das maternidades para os partos das indígenas. Maior acompanhamento e controle da documentação. Entrada de processos de aposentadorias e benefícios no INSS. Cadastros dos auxílios emergenciais. Criação e continuidade do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Promoção e Proteção de Direitos dos(as) Indígenas Warao. Vínculo com os indígenas, o que causa um efeito de confiança (Cáritas Brasileira, 2021, p. 25).

Durante a apresentação da entrevista com o grupo familiar, foi questionado sobre o papel das organizações não governamentais, como a Cáritas, na permanência deles em Teresina. De imediato, ressaltaram sua importância, reconhecendo as ações de cunho logístico e, principalmente, material, mencionando as doações de eletrodomésticos que receberam. A pessoa responsável pelo abrigo mencionou ações desenvolvidas pela Cáritas durante a pandemia, afirmando que foram essenciais para a proteção dessa população que já

se encontrava em extrema vulnerabilidade. Em parceria com a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Cáritas ajudou na produção de uma cartilha, em espanhol e *warao*, com orientações para se prevenir da Covid-19⁴. Evidencia-se, assim, o papel fundamental de instituições não governamentais no acolhimento da população Warao.

Considerações finais

O processo migratório inevitavelmente afeta a vivência no lugar de destino, influenciando cultura, moradia, trabalho, relações familiares e sociais, educação, alimentação, entre outros fatores. Quando se configuram como indígenas e refugiados, essas vulnerabilidades se agravam, pois passam a estar permeadas por estereótipos e preconceitos decorrentes das diferenças culturais. A partir deste estudo, constatou-se que os indígenas Warao enfrentam, desde 2019, inúmeros desafios em Teresina, principalmente devido às condições precárias dos abrigos — com recorrentes faltas de alimentos e materiais de limpeza e higiene — e à dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Além disso, há também desafios de gestão dos abrigos, com coordenação irregular entre assistência social, saúde, educação, direitos humanos, habitação, segurança pública, Ministério Público, Defensorias e órgãos federais. A má administração dos abrigos e, conseqüentemente, do acolhimento, promove a dependência por doações e projetos temporários, sem linhas estáveis de cofinanciamento. Nesse cenário, as instituições não governamentais locais (especialmente as de cunho religioso) configuram-se como um apoio essencial a essa população. Um exemplo disso é a Cáritas da Arquidiocese de Teresina, que prestou apoio no acolhimento inicial e que ainda se faz presente.

O poder municipal vem se mostrando incipiente nas ações de acolhimento, ao não implantar políticas públicas que auxiliem os indígenas a saírem da condição de abrigados e lhes garantam condições dignas de vida em Teresina. Um avanço notável, desde que chegaram na cidade, foi em relação à educação, por meio do projeto de escola indígena desenvolvido pela SEDUC-PI, voltado para o atendimento das etnias Warao e Guajajara (indígenas locais). Mais políticas como esta devem ser pensadas e efetivamente aplicadas à população Warao.

⁴ https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/publicacoes-da-extensao/warao_cartilha_WARAO_FI_NAL_WEB-compactado20200601174551.pdf.

O abrigamento digno dos Warao em Teresina exige mais do que teto: requer arranjos que respeitem modos de vida, linguagem e organização familiar, ao mesmo tempo em que garantem direitos básicos de saúde, educação e proteção social. A experiência brasileira demonstra que abrigos adaptados culturalmente, com participação comunitária e mediação linguística, aumentam a adesão às regras de convivência, reduzem conflitos e melhoram indicadores de saúde e escolarização.

Portanto, a coordenação intersetorial e o planejamento com orçamento dedicado são essenciais para sair da lógica reativa (picos de crise) e avançar para respostas que incluem transição para moradia dispersa (aluguel social), integração econômica e acesso contínuo a direitos. Em última instância, reconhecer os Warao como sujeitos de direitos, migrantes e indígenas, é o alicerce para políticas públicas efetivas, humanas e que assegurem dignidade.

Referências

ABREU, Francilene da Silva; LIMA, Carmen Lúcia Silva. Indígenas Warao em espaços urbanos de Teresina: resistência à travessia das fronteiras étnicas, culturais e sociais. *In*: SIMPÓSIO DE ANTROPOLOGIA, 4., 2023, Teresina. **Anais eletrônicos** [...] Teresina: CCHL/UFPI, 2023. p. 35-47. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1f-0ladqO63J-luBNfFt5YN4QsXfMv5uI/view>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Os Warao no Brasil**: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. 2. ed. Brasília: ACNUR, 2024.

BUSTAMANTE, María Eugenia; SCARTON, Alicia García. Venezuela: British Petroleum en el delta del Orinoco. **Ecología Política**, [S. l.], n. 17, p. 120-127, 1999. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/producte/17-ecologia-politica/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CAMPOS, Mariana do Amaral; DIAS, Vivian Valério; BROWN, Cristóbal Emilio Abarca. Migração, religião e saúde intercultural: Itinerários terapêuticos dos Warao no Brasil e Venezuela. **ESPAÇOS - Revista de Teologia e Cultura**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 241-251, 2020. Disponível em: <https://espacos.itespteologia.com.br/espacos/article/view/701>. Acesso em: 15 set. 2024.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Sistematização da ação da Rede Cáritas Brasileira com indígenas Warao**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2021. Disponível em: <https://caritas.org.br/storage/arquivo-de-divulgacao/September2022/qmY61rJE3WjJhVBFdXF.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. Índios, imigrantes e refugiados: os Warao e a proteção jurídica do estado brasileiro. **EntreRios - Revista do PPGANT/UFPI**, Teresina, v. 3, n.

2, p. 124-136, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/entrierios/article/view/5202>. Acesso em: 5 ago. 2024.

FILENO, Fernando Augusto. O processo de alcoolização entre os Warao como luto migratório. In: CIRINO, Carlos Alberto Marinho; LIMA, Carmen Lúcia Silva; MUÑOZ, Jenny González Muñoz. (org.). **Os Warao no Brasil: diáspora, políticas e direitos indígenas**. Mossoró: Edições UERN, 2022. p. 218-246.

GARCÍA-CASTRO, Álvaro. Mendicidad indígena: los warao urbanos. **Boletín Antropológico**, Mérida, v. 1, n. 48, p. 79-90, 2000. Disponível em: <https://ciscuve.org/wp-content/uploads/2017/11/Mendencia-Indigena-Warao-Alvaro-Garcia-Castro-3.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

GARCÍA-CASTRO, Álvaro. Migración de indígenas Warao para formar barrios marginales en la periferia de las ciudades de Guayana, Venezuela. In REPRESA, Fernando Pérez, (Org.). **De Quito a Burgos: Migraciones y Ciudadanías**. Burgos España: Editorial Gran Vía, 2006. p. 43-48.

GARCÍA-CASTRO, Álvaro Antonio; HEINEN, Heinz Dieter. Planificando el desastre ecológico: Impacto del cierre del caño Manamo para las comunidades indígenas y criollas del Delta Occidental (Delta del Orinoco, Venezuela). **Antropológica**, [S. l.], v. 91, p. 31-56, 1999. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/AntropologicaCaracas/1999/no91/2.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HEINEN, Heinz Dieter; GASSÓN, Rafael; GARCÍA-CASTRO, Álvaro. Desarrollo institución Warao: Identidad étnica y diversidad histórica. Cuestiones clave en la etnografía y la ecología histórica del Delta del Orinoco. **LÍDER: revista labor interdisciplinaria de desarrollo regional**, [S. l.], v. 1, n. 21, p. 113-142, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4960774>. Acesso em: 21 set. 2024.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Censo Nacional de población y vivienda 2011**. Empadronamiento de la población indígena. Caracas: INE, 2015.

JUBILUT, Liliana Lyra; MADUREIRA, André de Lima. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 22, n. 43, p. 11-33, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/P4m3G3FtsFMVtwvsbGkdcZP/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González Muñoz. **Yakera, Ka Ubanoko: o dinamismo da etnicidade Warao**. Recife: Ed. UFPE, 2020. p. 10-15.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. Interculturalidade e os desafios da inclusão dos Warao. **EntreRios - Revista do PPGANT/UFPI**, Teresina, v. 3, n. 2, p. 138-152, 2020. Disponível

em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/entrierios/article/view/5203/4102>. Acesso em: 26 jun. 2024.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. Os Warao: vulnerabilização imposta e violação de direitos; em defesa da interculturalidade nas relações. *In*: CIRINO, Carlos Alberto Marinho; LIMA, Carmen Lúcia Silva; MUÑOZ, Jenny González Muñoz. (Orgs.). **Os Warao no Brasil: diáspora, políticas e direitos indígenas**. Mossoró: Edições UERN, 2022. p. 89-114.

MANCHINERY, Alessandra Severino da Silva; SILVA, Suzanna Dourado da; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Migrações, Fronteiras e Territórios: O caso de famílias Manchineri na Tríplice BR-BOL-PE. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 281-297, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/20654>. Acesso em: 21 jan. 2026.

RAMOS, Luciana; BOTELHO, Emília; TARRAGÓ, Eduardo. **Parecer Técnico/ SEAP/ 6ª CCR/ PFDC nº 208/2017**, de 14 de março de 2017. Brasília: Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República, 2017.

ROCHA, Ráiza Luíza Motta; COSTA, Sebastião Patrício Mendes da. Direitos humanos e diálogo intercultural: breve análise sociojurídica sobre o acolhimento de migrantes indígenas venezuelanos em Teresina-PI. **História Revista**, Goiânia, v. 26, n. 3, p. 98-118, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/70715>. Acesso em: 14 nov. 2024.

TARRAGÓ, Eduardo. Migrações Warao em território brasileiro. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva, CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González Muñoz. (Orgs.). **Yakera, Ka Ubanoko: o dinamismo da etnicidade Warao**. Recife: Ed. UFPE, 2020. p. 120-139.

TARRAGÓ, Eduardo. **Peça Pericial n.º 01.2017/Antropologia/PR-RR/SP-BV/CRP-4**. Ministério Público Federal (MPF), 2017.

TARDELLI, Gabriel. Os caminhos dos Warao: configurações dos deslocamentos entre Venezuela, Brasil e Guiana. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 341-370, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/130934>. Acesso em: 14 dez. 2024.

VELASQUEZ, Ronny. Notas acerca de los indígenas warao migrantes en Brasil. **EntreRios - Revista do PPGANT/UFPI**, Teresina, v. 3, n. 2, p. 102-123, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/entrierios/article/view/5201>. Acesso em: 5 ago. 2024.

Submetido em: setembro de 2025.

Aceito em: março de 2026.